



PSDB pedirá ao Ministério Público investigação de irregularidades no Programa Segundo Tempo

O PSDB prepara uma representação ao Ministério Público Federal (MPF) na qual pedirá a investigação de irregularidades no Programa Segundo Tempo. Reportagens publicadas pelo jornal "O Estado de S.Paulo" mostraram que o projeto do Ministério do Esporte serve para gerar dividendos eleitorais e financeiros ao PCdoB em todo o país. Além disso, a ONG Bola Pra Frente, dirigida pela ex-jogadora de basquete Karina Rodrigues, filiada ao partido, cobra R\$ 15 por aluno para implantar o projeto do governo federal em municípios de São Paulo.

A ONG mantém um contrato de R\$ 13 milhões com o ministério. Somente em 2010, teriam sido distribuídos R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido do ministro da pasta, Orlando Silva. O jornal paulista esteve em São Paulo, Piauí, Santa Catarina, Brasília e Goiás e flagrou entidades de fachada recebendo recursos, núcleos esportivos fantasmas ou em condições precárias.

Os deputados **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** e **Vaz de Lima (SP)** repudiaram a falta de controle da gestão do PT sobre os convênios. Para Thame, a sociedade precisa dar uma resposta diante desta denúncia. Segundo o deputado, o governo federal promove uma

verdadeira "esculhambação" durante a distribuição de verbas públicas para os seus aliados. O Segundo Tempo foi criado em 2003 para oferecer prática esportiva para crianças e jovens carentes após o turno escolar e também nas férias. Até hoje o governo aplicou R\$ 1,5 bilhão na iniciativa. Para este ano, o orçamento do programa é de R\$ 255 milhões.

A reportagem também encontrou crianças expostas ao mato alto e todo tipo de detritos. E em algumas unidades faltavam uniforme e calçados para os alunos, os salários de funcionários estão atrasados e a merenda, vencida. "Tudo que está ocorrendo faz parte de uma nefasta triangulação. O governo dá esse recurso para a ONG. A entidade escapa da fiscalização e os recursos são repassados a quem eles quiserem, sem licitação e ao

arrepio da lei. Mas a cobrança de comissões é ainda mais grave e uma novidade", avaliou Thame, que é vice-líder da Minoria na Câmara.

Para Vaz de Lima, esse é mais um "escândalo" da administração petista em parceria com seus aliados políticos. "É uma loucura imaginar que alguém possa estar investindo no desvio de recurso público utilizando um programa dessa natureza", condenou.

R\$ 1,5 bilhão

foi o valor investido no projeto pelo Ministério do Esporte desde a sua criação, em 2003

Duarte Nogueira critica novo inchaço da máquina pública no governo federal

Apesar do anúncio recente do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento, a presidente Dilma Rousseff confirmou nesta segunda-feira (21) a criação do Ministério de Pequenas e Médias Empresas e da Secretaria Nacional de Irrigação. O anúncio foi feito durante o encontro com governadores do Nordeste, que ocorreu em Sergipe. Para o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, a postura do Planalto representa um contrassenso. "Ministérios já existentes ou órgãos a eles ligados poderiam executar a mesma função, desde que devidamente supervisionados", disse o tucano.

Como destacou o parlamentar, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, existiam 26 ministérios. Ao longo da gestão petista, a estrutura saltou para 40 pastas ou secretarias com igual status. "Ou seja, os governos Lula e

Dilma já são especialistas em inchar a máquina pública. Pedem o sacrifício do povo para pagar a conta da gastança eleitoral, mas o que temos até agora é um salário mínimo mais arrochado, mais carga tributária – já que acenam com o retorno da CPMF – e mais cabide de emprego para os aliados", alertou.

No Twitter, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, criticou a contradição do governo Dilma, que aumenta despesas ao mesmo tempo em que fala em cortes. Para o senador, o Planalto vai criar "mais um cabidango" ao ampliar a estrutura governamental. "Por que não criar o Ministério dos falidos? Das grandes empresas? Dos mercenários? Dos clubes de futebol? Aonde vamos parar?", questionou o senador, para quem falar em cortes e criar ministérios "é o suprassumo da incoerência."

No Senado, partido apresenta propostas que aumentam mínimo para R\$ 600 e barram fixação do reajuste por decreto

O líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, apresentou nesta segunda-feira (21) à Comissão de Constituição e Justiça duas emendas ao projeto de lei que reajusta o salário mínimo. A primeira estabelece que o valor do piso salarial seja de R\$ 600, enquanto a segunda veda a possibilidade de fixação do valor por decreto presidencial. A votação da proposta está marcada para quarta-feira (23) em plenário.

De acordo com o tucano, o dispositivo que reajusta o mínimo pretende manter coerência com a posição do PSDB durante a campanha presidencial de 2010. Além disso, Alvaro destaca que o partido tem história e autoridade para falar em concessão de ganhos reais para o mínimo. “Final, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso que a política de valorização do piso salarial teve início no país.

Entre 1995 e 2002, o ganho real, acima da inflação, foi de 44,7%”, destacou.

Ainda segundo o parlamentar, a proposta de R\$ 600 é factível. “Basta um mínimo esforço de reengenharia orçamentária. As fontes de financiamento vão desde cortes em despesas de custeio a reestimativa de receitas, como impostos e contribuições”, disse o senador na justificativa.

Na outra emenda, o tucano argumenta que a Constituição determina que o salário mínimo seja fixado em lei. “O reajuste via decreto é um dispositivo flagrantemente inconstitucional e uma afronta às prerrogativas do Parlamento”, condenou o líder. Segundo Alvaro Dias, a votação das emendas será um teste que vai dar a dimensão do tamanho da oposição e das suas possibilidades. “Será um ponto de partida”, enfatizou.

Gastos do Executivo mostram que discurso de austeridade está longe da prática, avaliam tucanos

Os deputados **Alberto Mourão (SP)** e **Marcus Pestana (MG)** criticaram nesta segunda-feira (21) o abismo entre o discurso e a prática do governo federal. O Planalto determinou aos ministérios uma redução de 50% nos gastos com deslocamentos e diárias para enxugar as contas públicas. No entanto, apesar do corte de R\$ 50 bilhões anunciado pelo governo, essas despesas aumentaram em relação a 2010. De acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), em menos de 45 dias da gestão Dilma Rousseff, os gastos com diárias no país subiram em janeiro em relação ao mesmo período do ano passado de R\$ 20,6 milhões para R\$ 22,6 milhões.

Segundo reportagem do jornal “Correio Braziliense”, se já estivesse em vigor desde o início

do ano o corte determinado pelo governo, a despesa em janeiro não poderia ultrapassar R\$ 13,5 milhões. Os deputados do PSDB ressaltaram que a economia neste tipo de gasto seria uma das fontes para pagar um salário mínimo de R\$ 600. Marcus Pestana considerou preocupante o descontrole nos gastos no início do governo Dilma. “É uma péssima sinalização. O discurso vai em uma direção, mas a ação concreta vai no rumo oposto, no rumo da ganância”, avaliou o tucano.

“É um discurso para justificar que, apesar de fazer cortes dentro do orçamento, eles não conseguiriam atender a demanda da sociedade de aumentar o salário mínimo. Eles anunciaram o corte para dizer que estavam fazendo a lição, mas não estão fazendo”, ressaltou o deputado Alberto Mourão. @



Uso sem critério do dinheiro público

Finalidade	Janeiro de 2010	Janeiro de 2011
Passagens internas	R\$ 2,4 milhões	R\$ 2,6 milhões
Passagens para o exterior	R\$ 803 mil	R\$ 1,6 milhão
Diárias no país	R\$ 20,6 milhões	R\$ 22,6 milhões
Diárias no exterior	R\$ 2,3 milhões	R\$ 2,1 milhões

Fonte: Siafi / Correio Braziliense

Leia também em nosso blog:

- Falta de fiscalização em programa habitacional penaliza população, afirmam deputados
- Francischini quer proibir auxílio-reclusão para parentes de presos condenados por crimes hediondos
- Rui Palmeira defende aprovação das reformas tributária e política
- ITV cobra do Planalto reavaliação de obras bilionárias consideradas verdadeiros “ralos de recursos públicos”
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Carlos Alberto Leréia (GO) e Vaz de Lima (SP) e os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP), Marisa Serrano (MS) e Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo



e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: http://www.blogpsdb.com.br Twitter: http://www.twitter.com/diariotucano